



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 134

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	2414
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2416
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2416

TAQUIGRAFIA

37ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 09 de Agosto de 2017

Presidência dos Srs.

EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente
ADELINO FOLLADOR - Deputado
HERMÍNIO COELHO - Deputado
MARCELINO TENÓRIO - Deputado
JESUÍNO BOABAID - Deputado
LAZINHO DA FETAGRO - Deputado

Secretariado pelo Sr.

LAZINHO DA FETAGRO - Deputado

(Às 09 horas e 18 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Alex Redano (PRB), Airton Gurgacz (PDT), Edson Martins (PMDB), Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Rosângela Donadon (PMDB) e Saulo Moreira (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Aécio da TV (PP), Anderson do Singeperon (PV), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN),

Ezequiel Júnior (PSDC), Leo Moraes (PTB); Luizinho Goebel (PV), Ribamar Araújo (PR) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 37ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Secretário ad hoc) - Procede a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

Lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação dou-a por aprovada.

Quero registrar a presença do Diretor Adjunto do DETRAN Antônio Manoel, nosso amigo, muito obrigado pela presença, acompanhado com os demais diretores ali do DETRAN, sintam-se todos cumprimentados. Quero também registrar e agradecer a presença aqui do Senhor Samuel Ferreira, Presidente da Linha C 01 do Setor Chacareiro, estão aqui fazendo a sua reivindicação em nome do Samuel, do Gilberto Barbosa, Presidente da Linha C-03 e também o Francismar Alves, Presidente da Linha C- 05, Odair Gonzaga, Presidente da Linha C -10 e José Gudes, Presidente da Linha C-30 e em nome deles registrar e agradecer a presença de todos que estão presentes. Essa reivindicação é justa porque tem muitos aqui que já até foram colocados ali pelo Incra, tem documento e hoje aí se encontram numa situação de ser despejados de uma área que legitimamente é conquistada logo no início depois onde foi criada uma reserva. Eu acho que com certeza o Poder Público tem responsabilidade para com essas pessoas e deveria resolver essa situação ou que eles permanecessem ou que fossem colocados em outra área, mas que tivesse total apoio e assistência pelo Poder Público. Então, deixo aqui registrado o nosso compromisso de apoiar qualquer que seja a iniciativa de resolver a situação de vocês. Também eu quero registrar a presença dos alunos que se colocaram de pé ali, dos alunos lá do Colégio Flora Calheiros, que vieram aqui a esta Casa, trazer um agradecimento aos

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

Deputados pela reforma, pela revitalização ali do Colégio Flora Calheiros, que eles conheceram, era um coleginho bem arcaico e hoje é uma estrutura maravilhosa, eu estive lá visitando, todas as salas vão ficar climatizadas. Agora, nós colocamos uma emenda lá para completar toda a climatização da Escola Flora Calheiros. Então, eu gostaria em nome da Brenda, em nome do Neymar, Neymar, que eu já apelidei ele de Neymar, não é, e também do Wesley, sintam-se todos cumprimentados, e Dr. Henrique, que hoje já é advogado também foi aluno da Escola Pública Flora Calheiros, que está acompanhado, a Leandra que é uma líder comunitária, todos vocês muito obrigado aí pela presença que Deus abençoe, ilumine que vocês com certeza são o futuro do nosso Estado, são o futuro do nosso país. Muito obrigado aí pela presença, Deus que abençoe vocês.

Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura do Expediente recebido.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Secretário ad hoc) - Procede a leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 178/2017 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 18.834.483,60, em favor das Unidades Orçamentárias: Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP, Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia – AGERO, Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – FESPREN, Fundo Estadual de Saúde – FES, Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS e Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUNEDCA”.

02 – Mensagem nº 179/2017 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 4.256.703,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministério Público de Rondônia – FUNDIMPER”.

03 – Mensagem nº 180/2017 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 1.569.219,00, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI”.

04 – Mensagem nº 181/2017 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 500.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Defensoria Pública do Estado de Rondônia – DPE”.

05 – Mensagem nº 182/2017 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 14.876.266,97, em favor da Unidade Orçamentária: Tribunal de Justiça – TJ”.

06 – Ofício nº 703/2017 – SEPOG, encaminhando Proposta Orçamentária para o exercício 2018.

07 – Ofício nº 1557/2017 – SESDEC, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 3819/17, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

08- Requerimento do Senhor Deputado Hermínio Coelho, justificando ausência na sessão do dia 30 de maio de 2017.

09 – Requerimento do Senhor Deputado Edson Martins, justificando ausência na sessão do dia 06 de junho de 2017.

10 - Requerimento do Senhor Deputado Lebrão, justificando ausência na sessão do dia 14 de junho de 2017.

11 - Requerimento do Senhor Deputado Lebrão, justificando ausência nas sessões dos dias 30 e 31 de maio de 2017.

12 – Requerimento do Senhor Deputado Maurão de Carvalho, justificando a ausência das sessões dos dias 03, 10 e 16 de maio de 2017.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente Recebido. Passamos as Breves Comunicações, com a palavra o ilustre deputado Adelino Follador, líder do DEM, por cinco minutos sem apartes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente em exercício, deputado Edson Martins, meu amigo também deputado Marcelino Tenório, Rosângela Donadon, também deputado Lazinho, cumprimentar a imprensa, pessoal aqui presente. Dizer que aqui para nós é um prazer mais uma vez está aqui nesta sessão e dizer que a preocupação nossa, inclusive o Presidente dessa Casa está lá conversando com o Governador, tentando buscar alguma solução para vocês que a gente fica triste quando a vê que vocês entrarem assentados a maioria pelo Incra, e o Incra desconhece isso criando uma reserva após o pessoal está lá dentro e isso é uma falta de respeito, se foi criada a reversa tinha que ter uma indenização, tinha que ter uma outra área para assentar esse pessoal. E não é só com vocês não, o Incra já fez isso em várias áreas no Estado, inclusive ali entre Monte Negro, Cacaulândia aquele pessoal do projeto Burareiro e também estão brigando a vinte e poucos anos e estão ainda lá e também foram assentados pelo Incra. Eu acho que o Incra teria que sentar aqui junto com a Sedam, e junto com o Ministério Público e ajudar a resolver a situação de vocês. O Incra que provocou essa situação toda, ontem eu já falei que muitas pessoas às vezes tem um conflito agrário, tem um conflito e às vezes acontece a violência no campo é por causa disso, é por que as pessoas não têm responsabilidade pelo que faz. Os órgãos federais às vezes, também estaduais, às vezes não tem responsabilidade com o que faz, assenta o pessoal e depois manda tirar sem indenizar, sem respeito nenhum. Então nos preocupa muito a situação, inclusive tendo a participação de muitas pessoas na hora de fazer a média, de conseguir nas vésperas de campanha política, fazem as coisas tão fácil, prometem as coisas tão fácil e depois não acontece. Então essa preocupação é muito grande, mas esperamos que a gente consiga um diálogo para poder resolver. Quero aproveitar senhor Presidente também esse momento para agradecer o DER a RO-140 que eu tanto cobrei nessa tribuna, ali de Cacaulândia a Colina Verde, o deputado, vários deputados conhecem lá e o Deputado Lazinho também conhece, e nós graças a Deus depois de muita cobrança, era para o DER de Ariquemes fazer passou para Jaru, Jaru voltou para Ariquemes e agora, graças a Deus, está concluindo e está fazendo um trabalho muito bom. Na época das chuvas do ano passado houve muitos problemas, já fazia mais de 08 anos, Deputado Edson, que não tinha cascalho, agora foi feito um levantamento da estrada e com certeza está terminando, está fazendo um serviço bom, e esperamos agora entrar na 010 também de Cacaulândia a Monte Negro, esperamos que faça um trabalho nesse sentido igual, a RO-144, também ali o B40 Sul também que está na programação fazer um bom trabalho, então quero parabenizar o DER, esperamos que consiga concluir. Mas eu volto a cobrar do Diretor Geral, já estive com ele, para arrumar mais máquinas na região de Ariquemes, Deputado Edson, a malha viária do DER de Ariquemes é muito gran-

de e há pouco maquinário para poder dar conta. Quero parabenizar o novo Residente do DER de Ariquemes, o Paulo que está tentando fazer um bom trabalho, mas infelizmente as vezes ele não tem condições de fazer e talvez venha a chuva e não consiga fazer também essas estradas ainda na região de Rio Crespo, concluir aquela região de Cacaúlândia, Alto Paraíso. Então fazer uma cobrança aqui, mas também parabenizando o trabalho que está sendo feito o B-80 que ficou para a Residência de Jarú, há uma promessa que agora no mês de agosto fazer uma cobrança mais uma vez para no mês de agosto que está em péssimas condições onde ficou para pegar os bueiros, arrumar aquela ponte, o Diretor Geral do DER me falou que já está serrando a madeira para reformar aquela ponte, que já foi feito um desvio que não está mais passando e também os bueiros e melhorar a estrada que está péssima de situação, mas há uma programação agora no mês de agosto, esperamos que seja cumprida. Então quero aproveitar este momento para registrar esses fatos. Mas também dizer que hoje na Comissão de Educação, o Deputado Lazinho também acho que já convidou todos os diretores das escolas compartilhadas, eu falei com ele ontem para que os diretores de Vilhena, de Ji-Paraná, de Ariquemes e também aqui de Jaci-Paraná venham na audiência segunda-feira, vou fazer o possível para estar presente também, Deputado Lazinho, porque é um debate interessante, Deputado Edson, e é bom que a sociedade conheça como funciona, como está funcionando, quais as perspectivas. Essa de Ariquemes, a Chico Mendes desde dois anos era para ter liberado um recurso para poder melhorar as instalações, não foi liberado ainda. Ontem eu estive com o Secretário para pedir para liberar, tem 18 alunos especiais naquela escola e não tem um banheiro digno especialmente para as pessoas que tem mais dificuldades que são as pessoas com dificuldades especiais, então com certeza o Secretário prometeu que vai se empenhar. Também nós estivemos conversando a respeito do presídio de Ariquemes, transporte daqueles servidores que vão trabalhar, que ficam fora da cidade, os professores também têm que resolver e nós estivemos ontem com o Secretário e ele prometeu se empenhar para poder resolver essa situação. Então quero deixar aqui essa minha preocupação nesse sentido e dizer que com certeza vamos esperar que a gente consiga resolver aquilo que é necessário. Na Comissão de Agricultura hoje nós íamos encaminhar alguns documentos, mas como não houve quorum, mas já vamos fazer um ofício para o Secretário de Agricultura pedindo como está o andamento, Deputado Lazinho, da licitação das mudas que nós não podemos deixar atrasar, como não foi aprovado na comissão hoje eu vou mandar um ofício e depois na próxima reunião nós vamos discutir, Deputado Lazinho, que a gente não pode deixar atrasar como ano passado, então como nós tivemos aquela audiência pública e já foi feito um cronograma, esperamos que seja cumprido, eu ligo lá a Secretária-Adjunta está de férias, o Secretário também está viajando, então a Secretaria de Agricultura parece que está meio devagar e nós precisamos acompanhar isso para que de fato aconteça esses três milhões de mudas de café para que elas sejam entregues no tempo hábil, aqueles que não tem irrigação nós temos que entregar no mês de novembro e dezembro para poder aproveitar melhor as mudas e com unidade plantar para um resultado melhor. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao Ilustre Deputado Lazinho da Fetagro por 05 minutos, sem apartes.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado senhor Presidente, senhores Deputados. Cumprimento a todos os deputados; a deputada Rosângela; aos nossos colaboradores desta Casa, parceiros de trabalho; ao público aqui presente; senhoras e senhores; a toda imprensa do nosso Estado. Eu venho a essa tribuna, senhor Presidente, infelizmente vendo aqui todos os moradores lá da Gleba Cuniã. E relembro a história do nosso Estado, uma história negra, uma história sofrida, uma história que, infelizmente, não serve de referência para o Estado de Rondônia que é lembrar o dia 08, dia 09 de agosto de 1995 no município de Corumbiara aconteceu o massacre de Corumbiara. Naquela oportunidade, infelizmente, nós tivemos a morte de 12 pessoas, tivemos uma centena de outras pessoas feridas, ou por armas ou psicológico. Depois disso na FETAGRO nós fizemos um convênio com a Comissão Nacional de Direitos Humanos e levantamos não me lembro bem, parece que 202 pessoas, onde fizemos um laudo um processo e entramos na Justiça para requerer a indenização do Estado para aquelas famílias, para aquelas pessoas. Pessoas que não conseguiram mais trabalhar, crianças que não conseguiram estudar, pessoas com sequelas. Foram todas feitas levantamento passadas por psicólogos, assistente social, por médicos, colocados em um processo e esse processo infelizmente chegou aqui na Justiça do Estado o Juiz que trabalhou o processo durante seis meses, e na véspera da audiência, na época, ele transferiu o processo para um outro Juiz e na manhã da audiência veio o posicionamento do então Juiz que recebeu o processo na tarde do dia anterior, dando suspensão ao processo, dando indeferimento ao processo e ouvindo somente seis crianças que na época, infelizmente, estavam no local. O Juiz pegou o processo na tarde do dia anterior, um processo de mais de 800 páginas e no dia seguinte de manhã, ele veio com o parecer negativo dizendo que o Estado não tinha na verdade não tinha responsabilidade com o que tinha acontecido. Mas independente disso, ontem nós falávamos aqui dos problemas agrários do nosso Estado, e o massacre de Corumbiara não é exemplo para nenhum Estado e para nenhum país neste mundo nosso de atitudes tomadas pela Polícia na época, pela Justiça na época. Tanto é verdade que hoje nós temos lá quase 700 famílias assentadas nesta área. Estamos agora fazendo a luta e a discussão com o DER com o INCRA, para que a estrada chegue a energia está chegando, a estrada já tem grande parte desta área contemplada com estrada com infraestrutura. Então é um dia triste, e vendo hoje a quantidade de conflitos que nós temos no Estado, Deputado Adelino, chega Deputado Hermínio dá medo na gente o que e que pode acontecer com um pai de família, com a mãe de família. Eu conheço a fundo a situação das famílias que viveram o massacre antes, durante e depois lá de Corumbiara. Temos moradores em Theobroma, temos moradores em Cerejeiras, temos moradores ainda em Corumbiara, temos pessoas que faleceram posteriormente. Então a gente fica com medo. Eu acompanho a região do Cone Sul, os problemas que nós temos agrários, região de Machadinho, essa região de Porto Velho, e a gente desde a época da Fetagro,

desde que a gente era Presidente da Fetagro a gente tenta contribuir para que isso seja resolvido. E nós esperamos que isso um dia aconteça, para que o Estado dê conta de resolver esses problemas. Então, deixo aqui a nossa solidariedade em nome desta Casa a tudo o que aconteceu lá em 1995, e peço para que essa Casa possa contribuir. Deputado Hermínio com certeza vai usar da palavra, esteve ontem lá na gleba. Esteve lá, não é Deputado? E poderá relatar com fato de presença, como diz assim. E por último, só mais um minuto, senhor Presidente. Convidar todos os Parlamentares e a população de uma forma em geral para discutir na audiência pública de segunda-feira às 15:00 horas a militarização das escolas do Estado sim, os prós e os contras de forma nenhuma podem ser por interesse pessoais ou por acomodação desses ou daquele cidadão pai de família ou do Estado. O debate tem que ser em cima da importância que é para o nosso Estado nós formarmos cidadãos. Formar pessoas que tenham consciência crítica e, é por isso que a gente abre esse debate. Fui muito criticado quando abri esse debate para discutir a mediação tecnológica e eu dizia naquela época, Deputado Adelino, que modelo de ensino para zona Rural tem que ser específico e tem que ser com a qualidade que tem a urbana, mas com a especificidade de quem vive no campo, porque se nós não conseguirmos levar para escola a importância que tem o produtor para ele mesmo e para a sociedade e, é na escola que a gente aprende isso, nós vamos ter uma educação que infelizmente não contempla a sociedade. E eu colocava os problemas que poderiam ocorrer e hoje eu visito as escolas e vejo Deputado Adelino, professores dando aula com pen drive, que foi colher na casa de um vizinho ou na casa de alguém próximo as informações para poder dar aulas para o aluno que quando faz a sua pergunta a resposta vem por pen drive depois de quinze dias e, eu vejo falando que está tudo as mil maravilhas. Então, não é verdade isso, eu tenho ido e tenho visto, a alegação dos alunos era que não tinha outra alternativa, então por isso esse modelo de ensino. Eu volto a repetir a tecnologia na escola é importante e precisa ser usada, agora nada substitui à realidade de onde a família vive Deputado Adelino, a família vive naquele local, a sociedade do campo e da cidade precisa aprender que ser agricultor não é demérito nem é desmoralização para ninguém, e o que é ensinado infelizmente é ensinada na escola a desvalorização da família que vive no campo, a desvalorização da agricultura quando você prioriza o modelo de ensino urbano em detrimento da produção do nosso Estado. Então é por isso que nós chamamos essa Audiência Pública, para fazer esse debate nesta Casa e o que manda é a vontade da maioria, e o povo precisa ser ouvido quando há uma mudança estrutural e de comportamento desse povo e dessa sociedade. Era isso que eu tinha senhor Presidente. Muito obrigado.

(Às 9h51minutos o senhor Edson Martins passou a Presidência ao senhor Adelino Follador)

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Com certeza, Deputado Lazinho, com certeza é um projeto que poderia funcionar melhor se a estrutura que foi prometida na Seduc, a internet se chegasse às escolas no tempo que foi prometido e isso está a licitação dos equipamentos, também, que está en-

rolado até hoje, era bom que fizesse uma cobrança ao Secretário da Educação para que agilize isso, que, com certeza está prejudicando muito esses alunos lá, mas com certeza a Seduc prometeu que vai resolver isso pelo menos. Com a palavra então o Deputado Marcelino Tenório, por cinco minutos sem apartes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Bom dia senhores, senhor Presidente, senhores deputados; deputadas, a imprensa, as pessoas na galeria desta Casa. Eu venho à tribuna aqui também para me colocar à disposição das pessoas que estão sendo na verdade despejadas, removidas das suas áreas e, principalmente, das áreas que foram consolidadas, porque como tem aqui, me entregou aqui o Deputado Hermínio Coelho, em 07 de novembro de 1995, a União Federal transferiu a área de 61 hectares e 0,98 centiares para o senhor Francisco Ribeiro de Sales, isso faz exatamente trinta e sete anos, aliás, 22 anos e já foi transferida essa área para esse senhor, eu fico muito triste um país continental como o nosso que o Estado brasileiro não tenha consciência de se colocar nos seus programas de governo de trabalho, principalmente quando você olha para o setor produtivo do Estado brasileiro, e é um setor que mais emprega nesse país, principalmente nesses dias que estamos passando nesse momento, e digo mais, é um setor que não gera corrupção, é um setor que trabalha para adquirir os recursos e o ganho e cuidar da sua família. E além de tudo, a geração de emprego no campo e também na cidade. Fico triste porque os governos, principalmente o governo federal deveria criar programas específicos para essa classe trabalhadora que precisa se desenvolver e quer trabalhar. Porque ruim é quando você não quer trabalhar. Eu vejo muito hoje, vocês, que a maioria, acho que 100% não trabalha no setor público, quando eu olho que o setor público está fazendo concurso, a cada dia que isso acontece me entristece mais, porque está, cada dia mais, crescendo as despesas. Porque o setor público não produz nada, simplesmente papel e ainda quando produz, produz muito mal, para atrapalhar a vida de quem produz. Então, para mim isso fica bem claro, que eu acho que o governo brasileiro devia tomar outras providências, incentivar a quem quer trabalhar. É muito bonito para um País, para um Estado, para um município, quando você vê a população querendo trabalhar e se você tem condições de dar essa mão, por que não? Não atrapalhar. Eu vejo nesse Brasil falando-se em reforma agrária. Não existe uma reforma agrária da maneira que está sendo feita nesse Brasil. O Estado tem que se antecipar a esses fatos, resolver eles para não deixar as pessoas em maus lençóis, pessoas que já colocaram seu recurso lá, estão trabalhando, estão criando suas famílias, depois vir com certas condições, porque essa Reserva é 'a' ou 'b' ou 'c'. Por que não viram isso lá atrás? Não deixar os fatos acontecerem para que assim as pessoas sofram e estão sofrendo muito. Então eu fico muito triste quando acontece isso, Deputado Hermínio e aqui o Deputado Lazinho da Fetagro que sempre foi envolvido nesse segmento, que o Brasil precisa ter essa direção. Vamos incentivar a quem quer trabalhar porque só assim nós vamos ser um País mais justo e mais digno para as pessoas. Infelizmente, como eu falei aqui, quando eu vejo os governos municipais, estaduais e federal abrindo concurso público, me entristece porque eu sei que vai ser mais despesa para tirar do

lombo das pessoas que trabalham no seu dia a dia. E aquelas pessoas que trabalham no sol, tanto na zona rural quanto na zona urbana, em qualquer segmento, trabalham oito horas nos seus dias, oito horas de cada dia. No setor público, a maioria das partes, a não ser Segurança e Saúde e Educação, trabalham simplesmente seis horas. E não é um trabalho que antecipa as coisas, que pelo menos se a população brasileira fosse bem atendida, eu seria um defensor. Mas eu fico muito triste quando isso acontece. Então, vocês estão aqui reivindicando seus direitos, tem que ser assim, porque o Brasil precisa desse segmento que trabalha, que gera riqueza e além de tudo, tira dos grandes centros, das cidades esse mal que está assolando nosso País, que é esse tráfico a cada dia maior, de armas, de pessoas fazendo coisas indecentes para a nossa população, que no final também vai gerar despesa para o Estado. Mas não é para o Estado brasileiro, é para vocês que trabalham, que a cada dia ele precisa de mais recursos para cuidar e aí quem paga o preço são vocês, são os trabalhadores deste País. Estava ontem, Presidente Hermínio, discutindo aumento do Imposto de Renda e que muitos não quiseram que fosse neste momento fosse feito esse aumento do Imposto de Renda. Eu sou contrário, eu acho que as pessoas que ganham mais neste País, têm que pagar mais. Então, já que quer aumentar, porque você não pega uma faixa de R\$ 10 mil, R\$ 8 mil quem ganha, e vai aumentando escalonadamente esse percentual? Se tem que tirar recurso de quem ganha muito, agora, não quer diminuir cada vez mais aquele cidadão que ganha R\$ 1, R\$ 2 mil reais por mês. Então sou a favor desse aumento do Imposto de Renda para as pessoas que ganham mais neste País, para que assim não possa aumentar impostos que vai incidir na cadeia todinha. Aí vai pagar o cara que ganha um salário mínimo, aquele também que ganha R\$ 100 mil por mês. Nessa parte, deviam, aqueles Deputados Federais e Senadores, sentar com a equipe de governo e ajustar essa situação e fazer um projeto de lei que vá tirar por um tempo, não para o resto da vida, enquanto nosso País está nessa situação. Então só quero aqui falar para vocês que vocês estão certos de requerer seus direitos, de colocar para as autoridades competentes que vocês estão atrás, simplesmente, dos seus direitos, de trabalhar e cuidar de suas famílias. Então, isso é que glorifica e anima a nossa população brasileira. Mas, eu quero também Presidente, aqui só ressaltar uma notícia agora pela manhã, do Supremo Tribunal Federal, onde a Presidenta da maior Corte deste País decidiu que não quer reajuste de aumento de despesa ao Supremo Tribunal Federal. Aí nesse momento nós começamos a perceber que às Instituições brasileira tem que começara pensar em reduzir seus gastos, não imputar mais imposto para a sociedade brasileira e nesse momento eu tiro o chapéu para ela e queria que todos os segmentos do poder público desse País tomasse essa mesma iniciativa de não requerer aumento percentuais da inflação para o próximo ano de 2018 para que esse recurso ficasse nos cofres dos Governos municipais, estaduais e federais para atender essa demanda desta queda de receita que o Brasil, nós estamos passando, porque senão acontecer isso, o Governo para poder saudar suas contas pagar a previdência e demais gasto com o Brasil vai ter que aumentar imposto e quem vai pagar é a população brasileira e quem paga é aquela população que trabalha, aquela

que sua oito horas do dia para ganhar o pão ao final do mês porque quem está dentro de escritórios o dia inteiro ou então seis horas não está nem aí que está ganhando muito bem e não precisa trabalhar que no final do mês o dinheiro cai na sua conta. Então, faço aqui minhas congratulações a Ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia, que tomou essa decisão e a maioria dos Ministros estão também acompanhando a sua decisão e que todos os órgãos do Estado brasileiro também tomem essa decisão de não aumentar os seus recursos orçamentários para o ano de 2018. Então seria senhor Presidente Hermínio, as minhas palavras neste momento. Muito obrigado senhor Presidente.

(Às 10 horas e 03 minutos o senhor Adelino Follador passou a Presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Deputado Marcelino. Agradecer a presença do Vereador Valdivino Pereira, Dico, da Câmara Municipal de Jarú. Obrigado Valdivino pela presença.

(Às 10 horas e 05 minutos o senhor Hermínio Coelho passa a Presidência ao senhor Marcelino Tenório)

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) - Com a palavra com o prazo de 05 minutos o Ilustre Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Bom dia a todos! Cumprimentar o nosso Deputado Marcelino Tenório que está presidindo a sessão neste momento. Cumprimentar os servidores da Casa, a imprensa, cumprimentar a todos em especial os nossos trabalhadores aqui que estão sendo despejados e perseguidos pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Rondônia. Ontem a tarde nós tivemos, ontem depois das 17h00, eu e o Deputado Jesuíno estivemos lá em alguns trechos lá da área e a gente pode ver de perto algumas situações lá, inclusive, cerca das 18h30, 19h30 nós deparamos lá com várias viaturas da Polícia Militar e também uma quantidade grande de Policiais Militares e de policiais, pessoal da ambiental. É lógico que os trabalhadores, principalmente os nossos trabalhadores da Polícia Militar estavam lá cumprindo ordem e a gente entende muito bem isso. Agora, a nossa, primeiro, eu acho interessante que nas nossas periferias das nossas cidades, principalmente, aqui em Porto Velho, Zona Leste, Zona Sul, Zona Norte e Centro também, a vagabundagem, a criminalidade tomou conta e a gente não vê, a gente não vê ação nenhuma do Estado no sentido de coibir, de combater a bandidagem que existe nesse Estado, onde a criminalidade tomou conta mesmo, onde o cidadão é obrigado a se trancar dentro de casa às 18h00. E para mexer com a vida dos trabalhadores aí o Governo faz, parece que era para enfrentar uma guerra, aí você chega lá os trabalhadores, Presidente Maurão, que eu fico puto quando eu vejo as pessoas falarem que esses trabalhadores são invasores, são pessoas, são grileiros, são malandros, aí você chega nesses trabalhadores, não precisa de mais nada Deputado Maurão, só em você olha nas mãos desses trabalhadores e nos pés; as mãos calejadas de

tanto pegar na enxada e na foice e no facão e os pés calejados de tanto pisar no barro quente e na areia quente, na roça. Aqui, aqui tem documento, uma cópia de um documento, de uma carta de inteiro teor do Incra, a onde o estado brasileiro, o Estado de Rondônia assentou famílias lá na área que eles falam hoje que é uma floresta extrativista. Primeiro, lá não tem, lá só tem, lá é uma quiçaça lá, a terra não é boa, lá não tem castanheira, lá não tem como você viver do extrativismo naquele local e outra coisa, a maioria desses trabalhadores quando chegaram lá já tinha, já tinha derrubada, é muito fácil, é muito fácil como é que nosso país vai para frente desse jeito, se quem produz nesse país é roubado, é sacaneado, é perseguido todas as horas, como é que esse país vai dar certo? Agora, que moral, que moral esse Estado tem para chegar lá. Eu estava vendo um vídeo onde um policial, um chefe lá da própria polícia questionando, chamando o trabalhador de bandido: - 'Ah, você invadiu aqui a área, isso aqui não é, você não podia construir aqui'. Lá, lá tem vários, vários dos trabalhadores aí Presidente Maurão, tem um CAR da Sedam, tem. Lá tem energia elétrica, lá tem estrada, de vez em quando as máquinas do Estado vão lá patrolar as estradas lá Deputado Marcelino. Poxa, como é que pode, se o Governo, se a área é uma reserva, na hora que o trabalhador ocupar lá, que tire no outro dia, não deixe o trabalhador passar uma vida lá trabalhando com muita dificuldade para construir sua casinha, para fazer as suas plantaçãozinhas lá, criar os bichinhos, criar lá algum animal, aí de repente o Estado chega e sem respeito nenhum, sem nenhuma sensibilidade, é humilhando os trabalhadores, escorraçando da sua dignidade. Esse, Deputado Marcelino, esse Governo, os Governos brasileiros, todos eles, mas principalmente os do PMDB. Eu vi o Deputado Lazinho aqui citando o caso de Corumbiara, primeiro, depois que mataram 12 pessoas lá, foram e assentaram o povo lá. Aqui no Brasil, todas as lutas dos trabalhadores, eles conquistam alguma coisa Deputado Marcelino, quando acontece alguma desgraça, quando morre criança, quando é assassinada idosa, senhora, quando é assassinado trabalhadores. Eu queria, eu quero, qual é o problema da gente, do Estado junto com vocês criar, criar um projeto para aquela área, onde vocês, onde os trabalhadores, as famílias viva em paz e cada um, um cuidando do outro, tanto o meio ambiente ajudando os trabalhadores, como os trabalhadores ajudando o meio ambiente; não tem dificuldade nenhuma, lá não tem nenhum trabalhador lá com motosserra derrubando nenhuma árvore lá, tem é plantando; nós deveríamos, qual é o problema do Estado chegar e criar junto com vocês, junto com todos e criar uma política, um projeto piloto naquela área e em outras áreas do Estado também. O problema é que o nosso, a covardia... A Noruega, eu descobrir ontem Deputado Maurão, eu descobrir ontem Presidente Maurão, que a Noruega e a Alemanha passam todos os anos Deputado Marcelino aqui para Amazônia, um tal Fundo, um dinheiro para tal Fundo da Amazônia, milhões de dólares e agora a Noruega e a Alemanha estão dizendo que não vai mais atender. Essas ações é pressão lá da Noruega que a maioria de nós não sabemos nem o que diabo é isso, Noruega. E pior, esse dinheiro que a Noruega e a Alemanha dão para o Brasil, quem cuida é o tal do banco do BNDES, aquele sindicato de ladrão que tem lá naquele tal de BNDES. Quando foi que este dinheiro da No-

ruega ou da Alemanha chegou para algum trabalhador aqui que vive aqui na Amazônia para poder fazer uma política de sustentabilidade? Quando foi que chegou? Vocês algum dia já viram um dólar dessa Noruega ou dessa Alemanha? Mas todo mês, todo o mês eles mandam, mandam e agora quem cuida desse dinheiro é lá, a quadrilha lá do Temer junto com o tal do Meireles e companhia. Aí vem a pressão, o Temer que continuar pegando o dinheiro lá da Alemanha e da Noruega e passa a perseguir e o nosso Governador aqui de Rondônia, o Governador Confúcio, é frouxo, o nosso Governador Confúcio não tem coragem de peitar o Governo Federal, que moral esse Governo Federal tem, que moral esse Governo, tanto federal, como estadual tem para vir alegar, para vir chamar vocês de criminoso e tratar vocês desta forma? Que moral esse... O nosso próprio Ministério Público, nós temos que sensibilizar, vamos lá Ministério Público, vamos lá sentar, vamos lá Confúcio Moura, vamos lá Assembleia, vamos lá ver de perto a situação dos trabalhadores ver a realidade lá e vamos buscar alternativa, vamos buscar solução e não criar mais desgraça para o nosso Estado, para a nossa cidade, para o nosso país. Eu fico impressionado como é que um Juiz ou um Promotor, muitos políticos nossos; esse Congresso Nacional e principalmente essa bancada federal nossa, essa bancada que envergonha o nosso Estado, que envergonha o nosso Estado, não tem nenhuma ação no sentido de proteger, de defender este Estado. Jamais eu vou defender a desgraça ao meio ambiente, eu sou defensor do meio ambiente, mas nós não podemos chegar. A política de defesa do meio ambiente que ele faz é uma política mentirosa, está sendo aí devastados em nossos Estados e a Amazônia, todos os dias de forma criminosa. Agora onde os trabalhadores estão produzindo e protegendo lá o que resta de floresta naquela área. Ali todos os trabalhadores ali estão de acordo em fazer um projeto junto com o Estado, onde, se tiver que reflorestar, refloresta o que é que tem que fazer o que é que não pode fazer. E eu peço aqui ao Governador Confúcio, de vez enquanto o Confúcio, ele fala algumas coisas lá no blog dizendo, eu já vi dizer que tinha vergonha de ser Governador de Rondônia, e realmente se ele tem, imagina eu, a decepção. Porque muita gente, eu acho engraçado quando sai nas revistas Veja, Época lá do Centro Oeste, lá do Sul do país, dizendo que Rondônia, é uma maravilha. Eu queria saber quanto, e era bom Deputado Jesuíno, a gente investigar quanto é que o Governo paga para essas revistas colocar que aqui é um paraíso. Muitas coisas aqui em Rondônia, realmente anda bem, mas graças aos trabalhadores, graça ao setor produtivo que nós temos, não graças a alguma política de Governo, política de Estado, aqui rapaz, nós temos um governo, um governo que sempre foi covarde com a população desse Estado, e o PMDB, este PMDB, não sei o que diabos o PMDB tem contra os trabalhadores. Tem a situação aqui de Machadinho, tem a situação aqui de Buritis, onde os trabalhadores estão lá ameaçados também a qualquer momento chegar lá os tratores e a força do Estado e destruir o que eles vêm com muito suor trabalhando, conseguindo aí ao longo dos anos de trabalho. Por isso Deputado Jesuíno, o Deputado Maurão, eu não sei o que o Deputado Maurão, conseguiu através da Sedam e através do Governo para que a gente chegue a um entendimento aí para suspender aquela operação, tem lá várias casas foram

derrubadas ontem, têm outras que estavam programadas para ser derrubadas hoje e outras notificadas para serem derrubadas nos próximos dias. Eu espero Deputado Marcelino, Deputado Jesuíno, Presidente Maurão, que o Estado, reflita nessa questão e vamos discutir, vamos chamar o nosso Ministério Público, chamar o Tribunal de Justiça, vamos chamar quem tiver que chamar e vamos resolver as nossas questões na base do diálogo, na base do entendimento, na base onde todo mundo ganha, não desta forma truculenta e perversa e covarde que eles têm tratado os trabalhadores do nosso Estado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Queria aqui registrar a presença do Vereador de Nova União, Vereador Adilson da União Cascavel. Suspendemos a Sessão, Presidente, por cinco minutos, para que possa o Presidente sentar com as pessoas e...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Falar mais de perto ali.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Falar mais perto, conversar com vocês.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – A gente vai falar mais de perto ali, ficar mais à vontade.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Correto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO - aí pedir para suspender a Sessão, por prazo indeterminado para a gente ficar mais próximo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então, está bom, fica suspensa a Sessão por prazo indeterminado.

**(Suspende-se esta Sessão às 10h16min,
reabrindo às 11h07min)**

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Está reaberta a Sessão. Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário proceder a leitura das proposições Recebidas.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Secretário Ad Hoc) – Procede a leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Requer a Mesa Diretora a realização de Audiência Pública para dia 18 de setembro de 2017, às 9:00 horas, no Plenário desta Casa de Leis, para discutir a “Prevenção ao suicídio no Estado de Rondônia”.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento lido. Não havendo quem quera discu-

tir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Secretário Ad Hoc) – Não há mais matérias, senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Passamos ao Grande Expediente.

(Às 11 horas e 08 minutos o senhor Jesuíno Boabaid passa a Presidência ao senhor Lazinho da Fetagro).

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Concedo a palavra ao deputado Jesuíno Boabaid, como tempo de vinte minutos, com direito a apartes.

O SR. JESUÍNO BOABAIID – Sr. Presidente, deputado Ezequiel tenha muito respeito, mas a liderança de Machadinho, grande companheiro aqui da Casa. Ontem eu iria me manifestar, mas nós tivemos quer ir lá na reserva Cuniã, que está sendo discutido, está tendo uma operação, nós fomos in loco, pegamos lá ainda os militares que estavam fazendo a segurança, mas quem estava cumprindo toda a determinação era os funcionários da SEDAM. Eu e o deputado Hermínio estivemos lá, ouvimos lá os moradores, vimos alguns locais que foram destruídos e hoje pela manhã estivemos reunidos eu, o Presidente Maurão, o Trindade, e qual foi o acordo? Que a gente vai buscar agora também que possa ser suspensa no aspecto geral a questão das derrubadas daquelas casas, que falamos assim, daquelas pessoas que se encontram em logradouro né. A gente vai tentar agora falar como o Vilson até aja que uma audiência de instrução legislativa junto com a Aídee, que é a Promotora do Meio Ambiente, junto com o Sedam, junto com todas as pessoas que estão lá presentes, que estão sendo no caso notificadas, tendo o seu imóvel derrubado, seus locais sendo destruídos. Analisando processo por processo e vê se a gente propõe um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta para que possamos chegar numa solução desse problema dessa área de preservação. O Presidente Maurão já fez o compromisso conosco, e a gente vai está acompanhando isso. Então a gente vai ligar agora para o Secretário Vilson, que mantenha policiamento lá até que possamos marcar essa reunião com a Aídee, essa audiência com a Aídee, com a Promotora, com todos envolvidos nessa discussão. Foi o que foi proposto agora para todas as pessoas que residem nessa localidade. Nesse intervalo eu peço todo mundo que pegue, o que eu ouvi do Trindade é construir novamente, mas tem cada caso, tem pessoas que tem animais, tem pessoas problemas individuais, tem pessoa que tem documento. Então a gente pede que monte um processo, toda a documentação e traga para essa Casa, tem o gabinete do deputado Ribamar, deputado Hermínio também está dando esse suporte, a gente tem o nosso gabinete leve essa documentação e traga para a gente e no dia da audiência aqui que haverá, a gente vai pontuar e vai requisitar Presidente, também todas as documentações da Sedam; requerimento, processo, o que quê tem lá, notificação de vocês,

é o que a gente vai fazer, é o que a gente vai poder fazer pro vocês. A gente agradece a compreensão que a gente não tem poder de suspender, que tem essa autorização agora se chama Vilson e o Governador do Estado de Rondônia, Confúcio Aires Moura. E a gente vai pedir agora para o Presidente Maurão que faça isso, vou ligar para o Emerson, vou ligar para o Vilson que suspenda, que mantenha o policiamento lá tranquilo, mas sem derrubar uma casa até que possamos chegar, se a Dra. Aidee entender; não, não tem que manter, tem que derrubar, que vou meter ação, que vou meter tal coisa. Nesse debate também a gente vai procurar alterar essa legislação, que tem o nome, não sei se o senhor conhece deputado Lazinho que tem um nome estranho de uma norma, que tem uma norma nacional e tem uma norma estadual que regula uma série de ações dentre essas, essas áreas de preservação, tem uma norma que o Trindade me falou que eu vou fazer requisitar essa norma para fazer uma leitura, que ela que diz como deve ser, como deve ser feito, quem se enquadra, quem não se enquadra, então a gente vai tentar também nesse intervalo discutir isso com a Sedam, com os órgãos de controle. Debater a gente vai debater porque eu lembro-me que teve a situação da matança dos búfalos, esse processo ficou não sei quantos anos aqui e depois de muitas audiências, inclusive com o Ministério Público Federal Estadual a gente resolveu e lá tina o ICMBio, Ibama, é uma área de preservação também e hoje estão matando os búfalos. A outra situação que eu quero falar, Presidente, é sobre as UNISPs que são Unidades Integradas que foram construídas através do PIDISE, gastaram milhões, milhões na construção desses imóveis e recebi uma denúncia e fui lá in loco na Unidade Sul, UNISP Sul, chego lá o elevador que deve ter uma valor até razoável quebrado, nunca foi usado, os mármore também nunca foram limpos, uma porcária, uma vergonha, já está soltando, banheiro entupido, uma pouca-vergonha, investimento de mais de não sei quantos milhões, três milhões já parado, e não é só essa UNISP Sul não que recebi denúncia, são todas praticamente estão com problema, isso é uma vergonha, é recurso público que o Governo estadual adquiriu através de empréstimo com o BNDES, através do PIDISE, e agora está sendo mal, ou seja foi mal construído e a gente vai cobrar, já notifiquei através do whatsapp o Secretário Caetano, não foi na gestão dele, que ele oficialize essas empresas que deve estar em garantia ainda, que não podemos aceitar um imóvel daquela magnitude estar daquela forma, ainda mais tem um grupo gerador que acredito que em torno de 50 mil reais nunca movimentou, está parado também lá. Gente, é dinheiro público, é recurso público que não pode ser tratado dessa forma. Então vou pedir ao Secretário Caetano, vou oficializar ele, que tome uma medida para resolver essa situação dessa UNISPs no caso, que são várias. Outra coisa, tem recurso parado, 1º Batalhão um milhão, era quase dois milhões e até agora não mandou, 5º Batalhão e aí chega a tal da Emília e 'não deputado o senhor que resolve', eu vou resolver o quê? Eu sou Governador do Estado? Eu não sou governador. O Governador é o Confúcio Aires Moura, aí fica nesse joga 'não, quem decide é a Assembleia', decide o quê? Fica tipo levando a gente a pagode. Eu vou chamar a Dona Emília aqui que esse projeto é um tal de projeto que passa anos e anos e não termina, vai construir ou não vai?

Então fala, não fica levando a gente em banho-maria, está terminando o mandato e ainda não colocou, teve um lugar que não colocou uma pedra fundamental para fazer a mentira, aí fica lá enganando os deputados, a sociedade, os militares sendo submetidos a trabalhar num lugar totalmente inadequado. Fui fazer uma fiscalização até água, Deputado Lazinho, até água, a administração é tão inoperante que até água faltava para os militares, eu falo em toda Polícia Militar 'ah que o fornecedor..', gente, compre, tem um fundo com recurso que é oito mil reais que você pode comprar com dispensa de licitação, mas vir dizer, colocar, a falta de água até vai, mas encher a água num poço que tu não sabe a procedência, aí meu irmão é dar um tapa na cara da sociedade, e não é para falar não, teve gente que ficou magoadinho, 'ah o deputado colocou lá uma matéria', rapaz eu não tenho culpa não se o gestor que tem os seus administrados não tem competência para resolver essa situação, eu vou estar aqui para noticiar, eu vou estar aqui para denunciar, vou estar aqui para cobrar, vou. Outra coisa que eu quero falar, Deputado Hermínio o senhor que foi do transporte, aumentou essa passagem para R\$ 4,00 (quatro reais) porque é R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos), quem vai dar 0,20 centavos? Todo mundo está pagando é quatro reais, essa pouca-vergonha nesses ônibus sucateados, sucateados, essa pouca-vergonha, a gente tem que andar, Deputado Hermínio, nesses ônibus porque na época diz que teria wi-fi, ia ter ar condicionado, são um bando de carniça, carniça, uma pouca-vergonha esses ônibus, aí o prefeito autorizou através de um conselho que deve ser um conselho da desgraça porque é para jogar a gente para a desgraça, esse conselho que é formado por pessoas do povo autorizou o prefeito, chancelou o prefeito aumentar para R\$ 3,80. Aí, Deputado Hermínio, aí eu quero puxar essa discussão aqui, nós demos isenção para todo tipo de coisa, por que a gente também não começa a discutir nesta Casa isenção do ICMS? Tem que discutir também isenção de ICMS para o transporte público, mas que seja revertido para o cidadão, não para o empresário, parece que salvo engano são dois milhões, o que são dois milhões num universo aí que a gente dá incentivo para todo tipo, é para boi, é não sei o que, é para não sei o que, é para indústria para tudo o que é tipo. Chega aqui é 100% o cara só vai montar a empresa tem 100% de isenção. Por que a gente não começa essa discussão Deputado Hermínio aqui dentro da Casa?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Permita-me um aparte, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAI - Pois não Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Obrigado pelo aparte. Eu queria só dizer o seguinte, esse Conselho Municipal de Transporte ele existe de fachada, só de 'h'. Isso aí eu conheço bem esta história. Eu lembro da época do Prefeito Guedes, o Prefeito Guedes foi o único Prefeito da cidade que não se vendeu para as empresas de ônibus, que não tinha rabo preso com as empresas de ônibus, e na época o Conselho autorizava e o Prefeito não aceitava. Porque para falar a verdade esse Conselho era para

o Prefeito sem-vergonha para tirar, para jogar a responsabilidade nas costas do tal do conselho. E para falar a verdade esse conselho não tem poder de nada, ele só indica lá, e se o prefeito quiser aceitar, aí para tirar, ele ainda tem a cara de pau, tanto ele como o próprio Roberto Sobrinho também faziam isso, dizer 'não, foi o conselho que autorizou', conselho comprado, eu conheço. São representantes da sociedade que são manipulados pelo sistema, são manipulados. Na minha época em que eu era Presidente do Sindicato e era Vereador eu denunciei que eles pegavam o dinheiro das empresas, esses conselheiros. Por isso que infelizmente, o conselho não tem culpa de nada, o conselho é isso, conselho é 'pelego' mesmo. O culpado é o Prefeito que não é diferente, não tem diferença nenhuma dos outros, se brincar é pior, se for brincar é pior. Porque aumentar a tarifa de 3,00 para 3,80 e para falar a verdade é 4,00, porque quem paga em dinheiro nunca vai pegar esses 20,00 de troco, raramente vai pegar esses 20,00 centavos de troco. É um absurdo! Infelizmente aqui em Rondônia e no Brasil inteiro. Os políticos, os nossos representantes, Deputado Lazinho, sacaneiam, mete o ferro no povo todo dia e ninguém... Você não vê um estudante se manifestar porque aumentou a tarifa. Você não vê ninguém, cara, ninguém. E infelizmente a nossa Casa de Vereadores também é outra também que está lá arreada os quatro pneus para este prefeito. A Câmara de Vereadores não poderia e eu poderia até inclusive revogar, porque onde foi que eles foram achar em uma época de hoje de tanta crise você vir achar um aumento de 30% na tarifa de ônibus. Por isso, Deputado Jesuíno, sobre essa questão dos impostos, no dia que for reduzido os impostos, vai beneficiar as empresas, Deputado Jesuíno, com esse tipo de representantes que nós temos no dia em que reduzir... Já me falaram 'Deputado Hermínio vamos brigar para diminuir os impostos do combustível das empresas? Meu amigo eu vou defender empresário como eu vou reduzir as tarifas do ônibus, por isso e até porque o Estado hoje com a dificuldade que tem de arrecadação, eles querem aumentar mais impostos fica difícil de rever essa política de isenção que tem dada para vários empresários aí porque no Brasil só quem paga imposto e que não tem poder de sonegar e paga caro é o pequeno. Nos países mais sérios é o contrário, as grandes fortunas pagam mais, o trabalhador paga menos, aqui é o contrário o trabalhador paga mais, o pequeno empresário também paga mais e os grandes tem todo tipo de regalia, benefícios e sem contar de corrupção também que tem o poder de comprar o Governador, de comprar o Secretário de comprar enfim, para poder além de ter as tais das isenções que eles tem é o caso da Friboi mesmo, tem 85% de isenção do ICMS do Estado, mas mesmo assim para pagar os 15 ainda não quer pagar, ainda vai lá comprar os fiscais, através do Edgar do Boi comprar para que a empresa não sofra nenhum tipo de fiscalização. Isso é o fim do mundo! Isso aí é uma esculhambação. Infelizmente o nosso povo não reage, a população, infelizmente, é sacaneada, é roubada é assaltada todos os dias infelizmente todo mundo está aceitando muito quieto essa esculhambação o país hoje em todas as áreas, sem exceção. Obrigado Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu que agradeço. Mas eu falo também, volto a frisá-los, não tem um apegão para lhe falar, o

povo também é culpado disso. Vai chegar no dia 05 de outubro, pessoas vão se corromper por conta de um benefício próprio, uma telha, cem reais. E aí vai ficar reclamando quatro anos, falta de segurança, falta de educação. Eu quero saber, eu quero ver, eu quero assistir de camarote a votação de todos na eleição de 2018. Aí você vai analisar, o cabra nunca fez nada. Aí não sei porque cargas d'água tem uma votação que... Deputado Lazinho, pelo amor de Deus! Deputado Hermínio, o que acontece? E o povo ainda fica reclamando, então é igual mulher de malandro gosta de estar na peia, na taca. Eu quero só vê, espero, espero que realmente nós possamos começar a ter consciência do voto. Que o voto é o maior poder que nós temos. O poder emana do povo, e pessoa não tem consciência, se corrompe, sim. Se corrompe. Por causa de R\$50,00 eu já vi cara falando e eu fiquei assistindo. Eu falei 'não, eu não acredito não, eu não acredito que o cara está falando isso ainda'. Não eu peguei'. E isso não é de agora não, há muitos anos vem acontecendo e em muito tempo. Tem que ter é vergonha na cara que tu também és corrupto, e outra coisa a corrupção lá 503 deputados, isso é reflexo de quê? Do povo, Deputado Lazinho, é do povo, porque é representante do povo. Então são coisas que a gente tem que debater de forma mais profunda, tem que melhorar a educação, tem que começar a conscientizar as pessoas, temos que ter um mínimo de dignidade também de poder falar, às vezes: - ah não, só político que é corrupto. Não é! A minha esposa, eu quero falar, a minha esposa se manifestou na rede social, Vereadora, porque uma professora falou que ela tinha se corrompido, tinha se corrompido, que o Prefeito tinha pago para os vereadores e chamou ela de hipócrita, hipocrisia, uma coisa assim. Ela está errada, ela ofendeu sim, dois minutos, ela chamou a mulher de baixo calão, aí você vê a maior, quer dizer, hoje a Justiça, você entra com a ação judicial, sabe o que eles vão falar em algumas situações? - Opa, tu és político, tu pode ser, de certa forma, ter uma manifestação, uma crítica, mas ser tachado de ladrão, de vagabundo? Eu sou cidadão, eu não sou ladrão, minha mulher não é ladra, tem que respeitar. Eu não vou admitir isso, eu já falei, pessoas que estão se manifestando contra mim eu vou dar o print, vai receber uma vou cartinha, eu vou mandar para a Polícia Civil para identificar onde mora o cidadão, vou... É crime de injúria, de calúnia, difamação, queixa-crime, o diabo que puder meter também. Ora, político agora tem que ser tachado de ladrão e ficar olhando com cara de tacho? Não! Ladrão quando você prova. Tem que acabar com essa palhaçada também, e a imprensa só mastigando, mastigando, até pedido de *impeachment* chegou para ela lá, de cassação. Olha só, cassação! O cabra que rouba igual ao Aécio Neves, o Presidente da República indiciado e outras questões que tem tudo, que é criminoso, pessoas que foram presas não tem pedido de cassação. Agora, a Vereadora que está trabalhando, ela perdeu sim, vou falar, ela perdeu sim, ela perdeu o controle dela, mas está trabalhando, está fazendo valer o voto das pessoas que confiaram nela, vai cassar a pessoa, gente? Pelo amor de Deus! É uma falta, uma reprimenda, eu não vou..., quem vai decidir vai ser a Câmara de Vereadores, é eles que são soberanos e eu não vou interferir, a gente também não pode, mas eu acredito que é uma... Pedir cassação? É uma coisa muito

brutal! Se fosse para cassar o Deputado Hermínio já era para estar cassado. Este homem não tem uma boca, mas o Deputado Hermínio tem ainda, nós temos ainda a imunidade parlamentar, imunidade parlamentar, ache bom ou ache mal, mas tem imunidade e o Supremo Tribunal Federal recentemente já falou 'olha, até o WhatsApp o parlamentar pode'. Recentemente tem uma decisão do Supremo, tem imunidade parlamentar até no WhatsApp, facebook, mas a Vereadora, inclusive eu nem interfiro nessa situação, eu não vou entrar em méritos aí, a Vereadora perdeu. Mas a Ada, além de ser cidadã, ela é uma militante, quem conhece a Ada sabe. Ela já esteve aqui nos movimentos, ela é envolvente, ela se envolve pela causa. E ali, quando bateu, meu filho que vive, minha filha que vive no facebook viu aquilo, falou: "mãe, - aí é a mesma coisa que dar um tapa -, estão chamando a senhora de quê? Que a senhora pegou dinheiro". Então, foi um momento ali de emoção, ela se retratou, foi para a rádio, foi numa matéria, mas aí, quem quer fazer barulho, está fazendo barulho e parece que não tem o que fazer 'bora, bora bater hoje'. Para gente! Tem muita coisa para a gente debater, vamos brigar por causas, vamos lutar por essas causas, reforma agrária...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só um minutinho, Deputado. O senhor vai falar?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Sim.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pode falar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu estava aqui refletindo as colocações de Vossa Excelência e confesso que nós que somos pessoas públicas, a gente tem que ter uma postura diferenciada. Embora tenha hora que a gente perde a paciência, mas a postura nossa tem que ser exemplar. E a análise do Deputado Hermínio colocando em relação à situação do Brasil hoje, eu acho que a população, de uma forma geral, está começando a refletir que era feliz e não sabia, porque as mudanças que aconteceram nesse um ano e meio de governo aí foram todas elas mudanças que vieram diretamente prejudicar o pobre, prejudicar o trabalhador, prejudicar a classe menos favorecida no Brasil. Nos últimos 12 meses, para vocês terem uma ideia, o Estado de Rondônia cresceu mais de 70% os despejos em áreas de conflitos, mais de 70% de despejos em área de conflitos nos últimos 12 meses! Nós tivemos as reformas feitas aí, que todas elas vêm prejudicar diretamente a classe trabalhadora, os pobres. Aquela PEC que congela o salário, congela o investimento em educação e saúde, o reflexo dela nós vamos ver daqui 02, 03 anos, quando a população continua crescendo e o investimento em educação e saúde vai acabando e vai diminuindo. Tem agora prevista a votação da reforma da Previdência. É outro desastre, desastre para os municípios, enquanto que do outro lado o REFIS aprovado, que é o refinanciamento das dívidas de grandes devedores do Brasil proposta pelo governo, ela perdoa dívidas, ela perdoa multas em 99%, perdoa juros em 99% para quem deve até R\$ 150 milhões. Essa dívida, esse REFIS vai trazer um perdão de dívida dos grandes empresários para o Brasil, de mais de R\$ 6 bilhões. Aliás, os números preciso não são nem divulgados. Enquanto o trabalhador discute o salário, enquanto a reforma

trabalhista precariza a relação do trabalho, vir me dizer que o patrão agora pode, o empregado agora pode sentar com o patrão para negociar a jornada de trabalho, negociar salário, negociar férias. Quando que o empregado negocia com o patrão? Aonde, em que lugar do Brasil que o empregado tem o direito de chegar no patrão e falar: - olha, eu quero a férias de 30 dias e o patrão fala: - pois não, aqui você vai ter 10, 10 e 10, se quiser é assim. Ah, não a jornada de trabalho pode ser negociada. Como que você vai negociar com o patrão? Você está precisando de emprego, o patrão fala: - aqui, a jornada de trabalho é 10 horas; 08 você recebe, 02 vai para o banco de horas. Se você quiser é assim, pega; se não quiser vai procurar outro emprego. Então, a relação de trabalho jogada entre patrão/empregado é para acabar, é para aumentar a concorrência do emprego, aumentar o número de desempregados e isso ninguém fala nada. A gente vê o Presidente que está aí da forma como está, com mala correndo para baixo da mesa, para baixo da cama, dentro dos carros. Aécio Neves, um menininho pó de arroz, andando aos altos brados, votando e negociando no Congresso, aliás, no Senado, a vida do povo brasileiro. E a gente não pode esquecer que tudo isso advém de uma eleição que não concordaram em perder. Então nós temos ainda muito para viver de 'sofrência', como diz ainda, infelizmente. Não é querer jogar pedra, infelizmente. Os aumentos, ontem aumentou de novo a gasolina, aumentaram o óleo diesel, a Justiça tira, torna a aumentar. Hoje amanheceu falando que vai aumentar a cobrança de Imposto de Renda. Já disse que não vai aumentar mais, vai aumentar outros impostos. É assim. E receber dívida que o governo tem para receber das grandes empresas, do grande capital, isso ninguém fala nada. Sobra só para a classe trabalhadora, sobra só para o pequeno, sobra só para aquele que mantém. E para encerrar, Deputado, Vossa Excelência falando da questão eleitoral, é muito sério. Primeiro que a população precisa medir, avaliar o mandato de um parlamentar, seja ele vereador, deputado estadual, deputado federal e senador, esse mandato tem que ser avaliado não pelas emendas que ele traz para o município dele, porque as emendas só vêm através de deputado porque não tem política pública que chega lá no município para cobrir. Tem que avaliar o mandato de um parlamentar pela ação parlamentar dele. Porque às vezes, um deputado federal vem aqui, coloca uma emenda de R\$ 150 mil ou de um R\$ 1,5 milhão em um município e lá no Congresso Nacional ele vai votar uma PEC, como votaram, que congela o salário por 20 anos. Vai votar a reforma da Previdência que vai fazer vocês aposentarem quando você puder, com 49 anos de contribuição e 65 anos de idade. Então, é esse voto aqui no Parlamento que a população precisa avaliar e acompanhar e saber como o parlamentar vota. Porque a emenda é uma enganação. Eu trabalho as emendas, nós trabalhamos as emendas porque esse é o sistema, mas a população não pode avaliar o mandato de um parlamentar pela praça que ele levou lá no município, através de uma emenda. Porque essa praça vai custar a vida do filho dele num hospital, a vida do filho dele na escola, porque lá na votação, lá na hora de ele votar, ele vota contra o povo, vota contra a sociedade. Na hora de ele fiscalizar, que é o trabalho dele, ele não faz, deixa aberto. Então, é muito mais profundo você analisar os 513 deputados lá, os 24 deputados aqui. Nós somos reflexo da nossa sociedade. Político não nasce do céu, não cai do céu; político sai do meio do povo. Se o político é bom, tem a vida dele boa, uma vida simples, uma

vida digna na comunidade onde ele vive, a forma como ele vive, ele será um bom parlamentar, um bom representante. Não tem esse negócio de que: - ah, eu votei enganado! Porque aquele que, na vida comum, 01 real para ele, que é do outro e ele pega, quando estiver no Parlamento, quando estiver com o espaço de poder ele vai pegar o dobro, é trilhões, é milhões, porque esse é o comum da vida dele. Então, ninguém nasce Santo, aliás, a santidade como diz a bíblia, nós nascemos Santos, todo mundo nasce bonzinho, aliás, todo mundo nasce até bonito, pode ser feio do jeito que for, quando ele nasce a mãe fala: “olha, que coisa mais linda”, não é? É o pai. Então, todo mundo nasce bonito, agora o meio em que ele vive, a sociedade em que ele vive é que o transforma, e aí botar a culpa só de um lado. Eu não vejo nascer nenhum político, nenhum Deputado, eu não vi nascer; eu não vi nascer nenhum médico, eu vi nascer o ser humano que é transformado pela sociedade em que ele vive e que para manter-se no poder ele vende a alma ou compra a alma de quem ele puder comprar e é isso que a gente tem que tentar mudar na nossa história. Parabéns Deputado pela vossa colocação e muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sr. Presidente só para terminar. Como diz, a pessoa que fura uma fila, a pessoa que se beneficia de qualquer situação é corrupta também. Então, a gente, a corrupção ela é em todos os níveis, maior ou menor.

Dizer também que dia 14 vai ter Audiência Pública com Vossa Excelência para discutir a militarização.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Exatamente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – E eu faço o convite a todas as pessoas, a todas as pessoas que participem dessa discussão que é importante. Eu acho que vai ser uma discussão dentro de um parâmetro republicano, Vossa Excelência vai conduzir de uma forma democrática mesmo, onde as pessoas poderão aqui se manifestarem, poder falar o lado que defende, cada um vai fazer sua defesa. Eu estarei presente e eu convido todo mundo a participar das escolas que estão sendo militarizadas, senhores, não são todas as Escolas no Estado de Rondônia, só eu tenho vários pedidos, inclusive, tem uma escola, duas não, tem o Osvaldo Piana, vieram me procurar que querem. Na Zona Leste tem três. Então, tem varais pessoas procurando. Não é assim, o Estado não vai militarizar as escolas assim. É um estudo, tem uma série de questões que serão debatidas, eu acho que é oportuno a gente ouvir ambos os lados, digo novamente, eu sei que existe uma série de fatores que devem ser ajustados, mas nesse momento de ação que precisa tomar uma ação, a militarização das escolas, ou seja, gestão compartilhada entre professores, vice-diretor e militares vai sim melhorar de forma significativa essas escolas que estão sendo apontadas, que estão sendo realmente militarizadas, porque eu estive lá. Faço convite Deputado Lazinho ao senhor, visite a Escola Manaus que foi recentemente militarizada, vá lá para Vossa Excelência vê como é que é. Aí, não, pode manter uma viatura. Manter uma viatura como gente? Manter uma viatura para ficar fazendo a guarda externa, a diretora não tinha mais controle nem da quadra de esporte, as crianças de 1º ao 5º ano não podiam acessar porque os vagabundos, traficantes, meliantes estavam imperando: “olha, aqui você não entra não, e se entrar a gente vai tocar fogo na escola”. Todo o dia era saqueada a escola, todos os dias. A Escola Manaus era uma situação de prioridade até, uma situação que já não tinha mais controle, professor, o que pensar, Diretor, já não tinha mais como controlar, só se

destruísse a escola, tirasse a escola de lá e colocasse para outro lugar porque os pilantras estavam imperando. Então nesse dia eu quero apresentar aqui também como está a Escola Manaus hoje e como estava a Escola Manaus e outras escolas que estão sendo militarizadas no âmbito do Estado de Rondônia. É uma discussão que o Deputado Lazinho chamou e estarei presente para a gente ouvir.

Novamente muito obrigado e a gente Deputado Hermínio, tem que ir agora aqui atrás tentar falar com o Vilson, com o Cel. Vilson para vê se ele suspende a operação e mantém lá o policiamento. Obrigado Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Nobre Deputado. Lembrando, cumprimentar meu amigo Wildes que está aqui, prazer em revê-lo, sinto Vossa Excelência muito próxima de botar novamente uma camisa vermelha, fique à vontade.

Eu quero agradecer a presença de todos os Vereadores, Vereadores de Buritis que estão aqui, a idade não permite a gente lembrar de todos, mas é um careca que está ali feio para lascar, um lado, o outro que está do lado, sejam bem-vindos a nossa Casa, agradecer a presença de todos.

Encerrando o Grande Expediente e não havendo mais nenhum orador inscrito passamos as Comunicações de Lideranças, não há nenhum inscrito. E lembrando então da Audiência Pública, então na segunda-feira, às 15h00, para a gente fazer o debate sobre a militarização das escolas e no meu entender todas as ações de Governo a sociedade tem que participar e tem que dar a sua opinião, existem os contras, os a favor e nós vamos vê aquilo que é melhor para a sociedade.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar esta Sessão convoco Sessão Ordinária para o dia 15 de agosto no horário regimental, antes disso, no dia 14 também de agosto, às 15h00, no dia 14 para militarização, tema militarização nas escolas e no dia 15, a realização de Sessão Solene de autoria do Deputado Anderson, no dia 10, dia 10 de agosto, às 15 horas. No dia 14 também Audiência Pública; para entrega de Título no dia 10, que é do Deputado Anderson, às 15 horas.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, encerramos esta Sessão. Muito obrigado.

(Encerra-se esta Sessão, às 11 horas e 43 minutos)

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

RESOLUÇÃO Nº 377, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

Institui o Auxílio Alimentação Parlamentar.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica instituído o Auxílio Alimentação aos Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no valor mensal de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 2º. Fica revogado o inciso VI e alíneas a, b, c e d do artigo 2º da Resolução nº 262, de 26 de maio de 2014.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de agosto de 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de agosto de 2017.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 709,
DE 16 DE AGOSTO DE 2017.**

Aprova candidato sabatinado para o cargo de membro do Mecanismo Estadual para Prevenção e Combate à Tortura.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos regimentais, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado, em cumprimento aos termos do artigo 9º da Lei nº 3.784/2016, combinado com inciso V do artigo 135 do Regimento Interno, a candidata **Ana Valeska Duarte**, para o cargo de membro do Mecanismo Estadual para Prevenção e Combate à Tortura – MEPCT/RO.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de agosto de 2017.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 710,
DE 16 DE AGOSTO DE 2017.**

Aprova candidato sabatinado para o cargo de membro do Mecanismo Estadual para Prevenção e Combate à Tortura.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos regimentais, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado, em cumprimento aos termos do artigo 9º da Lei nº 3.784/2016, combinado com inciso V do artigo 135 do Regimento Interno, a candidata **Rose Mary Cândido Plans**, para o cargo de membro do Mecanismo Estadual para Prevenção e Combate à Tortura – MEPCT/RO.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de agosto de 2017.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 711,
DE 16 DE AGOSTO DE 2017.**

Aprova candidato sabatinado para o cargo de membro do Mecanismo Estadual para Prevenção e Combate à Tortura.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos regimentais, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado, em cumprimento aos termos do artigo 9º da Lei nº 3.784/2016, combinado com inciso V do artigo 135 do Regimento Interno, o candidato **Adilson de Oliveira Silva**, para o cargo de membro do Mecanismo Estadual para Prevenção e Combate à Tortura – MEPCT/RO.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de agosto de 2017.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

**FUNDAMENTAÇÃO PARA REJEIÇÃO DE CANDIDATOS
AO CARGO DE MEMBRO DO MECANISMO ESTADUAL
DE PREVENÇÃO E COMBATE A TORTURA.
(Art. 9º e Parágrafo único da Lei 3.784,
de 05 de abril de 2016)**

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, recebeu o ofício nº 026, de 14 de julho de 2017, do Comitê de Prevenção e Combate a Tortura de Rondônia – CEPCT-RO, encaminhando uma lista sêxtupla de candidatos a membros do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura, com os seguintes nomes: Adilson de Oliveira Silva, Risomar Braga Régis, Thiago Soares Sitta, Ana Valeska Duarte, Rose Mary Cândido Plans e Saulo Henrique Mendonça Correia. A fim de serem sabatinados e posteriormente deliberados por esta Casa de Leis, em plenário. Dando assim, cumprimento ao disposto no artigo 9º da Lei 3.784, de 05 de abril de 2016. O Regimento Interno da Assembleia, no inciso V do artigo 135, estabelece que candidatos a cargos públicos serão sabatinados em Comissão Geral, encaminhando relatório a Mesa Diretora para apresentação de Projeto de Decreto Legislativo a ser deliberado pelo plenário com os nomes dos candidatos devidamente sabatinados. A sabatina transcorreu na Comissão Geral, que foi transformada como tal, na 35ª Sessão Ordinária realizada no dia 02 de agosto de 2017. A Comissão Geral foi presidida pelo Deputado Leo Moraes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Ocasão em que os candidatos foram sabatinados obedecendo a mesma ordem dos nomes indicados. Concluída a sabatina a Mesa Diretora elaborou e apresentou os Projetos de Decretos Legislativos nºs 136, 137, 138, 139, 140 e 141. Na Sessão Ordinária do dia 15 de agosto do corrente ano, todos os respectivos Decretos Legislativos foram deliberados. Foi aprovado o decreto legislativo nº 137, que aprovou o nome de Rose Mary Cândido Plans e de igual forma foi aprovado o projeto de decreto legislativo nº 138, que aprovou o nome de Ana Valeska Duarte; também foi aprovado o projeto de decreto legislativo nº 141, aprovando o nome de Adilson de Oliveira Silva. Foi rejeitado o projeto de decreto legislativo nº 136, não aprovando nome de Saulo Henrique Mendonça Correia. Também foi rejeitado o decreto legislativo nº 139, que não aprovou o nome de Thiago Soares Sitta e foi rejeitado o projeto de decreto legislativo nº 140/17, não aprovando o nome de Risomar Braga Régis. A não aprovação dos nomes acima declinados, fundamentou-se no currículo apresentado pelos candidatos no desempenho e desenvoltura no transcurso da sabatina, e, principalmente em relação a segurança demonstrada nas respostas acerca do tema debatido, conhecimento de causa, assim como a exigência legal da pluralidade de gêneros e a exclusividade no exercício das atividades exigidas

para tornar-se membro do Mecanismo de Combate a Tortura, em relação aos candidatos aprovados. E, considerando as prerrogativas parlamentares asseguradas constitucional e regimentalmente quando votam uma proposição, assim foi decidido soberanamente.

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº012-SG/ALE**

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 178, II, da Lei Complementar nº 68/92 e, **CONSIDERANDO**, o que restou apurado pela Corregedoria Admi-

nistrativa através da **Sindicância Administrativa Investigativa nº 003/2016, datado de 24.02.2016.**

R E S O L V E

Art.1º. ARQUIVAR, a Sindicância Administrativa Investigativa nº 003/2016, pela não ocorrência de infração disciplinar punível.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 16 de agosto de 2017.

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES**AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO torna público que contratará por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fulcro no inciso II e §1º do Art. 25 c/c com o inciso VI do Art. 13, da Lei nº 8.666/93, a empresa **TRAINER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 16.465.161/0001-90, localizada a Av. José Vieira Caúla, nº 5551 – Sala 01 – Bairro Igarapé - CEP: 76.824-335, com vistas à inscrição de 04 (quatro) servidores no Curso de **PLANEJAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO EFICIENTE DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**, que será realizado na cidade de Porto Velho/RO, no período de 21 a 23 de agosto de 2017, no valor total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), conforme consta nos autos do **Processo Administrativo nº 11721/2017-79.**

Milton Neves de Oliveira
SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES – ALE/RO

Ratificamos a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nos termos dispostos no inciso II e §1º do art. 25 c/c com o inciso VI do Art. 13 da Lei nº 8.666/93.

Publique-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para que produza sua eficácia, conforme determina o artigo 26 da Lei 8.666/93.

Porto Velho - RO, 17 de agosto de 2017.

Arildo Lopes da Silva
SECRETÁRIO GERAL – ALE/RO